



PARECER JURÍDICO nº 25/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026-CMVX

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU

SOLICITANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES – Portaria nº 0008/2026

ASSUNTO: Análise da regularidade e legalidade dos atos internos que antecedem a fase externa do Pregão Eletrônico nº 9.2026-004-CMVX, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual aquisição de Combustível (Óleo Diesel S-10), visando atender as necessidades operacionais da Câmara Municipal de Vitória do Xingu/PA.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO LICITATÓRIO. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL – ÓLEO DIESEL S-10. FASE PREPARATÓRIA COMPLETA. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA. PARECER PELA LEGALIDADE E REGULARIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.

I - RELATÓRIO

SÍNTESE DOS FATOS:

Trata-se de solicitação encaminhada pela **Comissão Permanente de Contratações**, constituída pela **Portaria nº 0008/2026**, composta pela Coordenadora **Ariely Valleska Leonardo Simão**, membro **Kaline de Sousa Dantas** e suplente **Francisco das Chagas de Sousa da Silva**, para análise e posterior confecção de parecer jurídico e opinativo sobre as fases internas do processo de Pregão Eletrônico para Registro de Preços — **Processo Administrativo nº 007/2026-CMVX** — que tem como objeto a eventual aquisição de **Combustível (Óleo Diesel S-10)** para atender as necessidades operacionais da Câmara Municipal de Vitória do Xingu/PA, estimando-se a aquisição de **63.000 (sessenta e três mil) litros** pelo valor estimado de **R\$ 524.790,00 (quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e noventa reais)**.

O processo foi instaurado sob a gestão do Presidente da Câmara Municipal, **Sr.**



Benedito Wilson Dias Castro, sendo o certame disponibilizado na plataforma eletrônica Licitanet (www.licitanet.com.br), em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021** e o **Decreto Federal nº 11.462/2023**.

A demanda de combustível foi tecnicamente justificada com base no histórico de consumo dos exercícios anteriores: 29.000 litros em 2023, 45.000 litros em 2024 e 45.000 litros em 2025, projetando-se 63.000 litros para o exercício de 2026, acréscimo de aproximadamente 58,83% em relação à média dos anos anteriores, devidamente fundamentado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) constantes nos autos.

A pesquisa de preços de mercado, consubstanciada no Memorando nº 0115/2026, foi realizada com base em três fontes distintas: preço médio da Agência Nacional do Petróleo (ANP), no valor de R\$ 8,17/litro; plataforma Licitanet, no valor de R\$ 8,43/litro; e Auto Posto IVI LTDA, no valor de R\$ 8,39/litro, obtendo-se preço médio referencial de **R\$ 8,33/litro**, resultando no valor total estimado de R\$ 524.790,00, atendendo ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Ab initio, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

A função do parecer é apontar possíveis irregularidades e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A análise jurídica do presente procedimento licitatório será conduzida à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 — Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) — e do Decreto Federal



nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, diploma legal que rege o presente certame.

II.I – DA FASE PREPARATÓRIA E DOS DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO DO PROCESSO

O art. 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/2021, estabelece as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõem a instrução do processo de contratação, constata-se a presença do Documento de Formalização da Demanda (DFD), do Estudo Técnico Preliminar (ETP), da pesquisa de preços de mercado (Memorando nº 0115/2026), da autorização do Presidente da Casa Legislativa, do Termo de Referência, bem como da minuta do Edital e seus anexos, consubstanciando a fase preparatória em perfeita consonância com o



art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se a legalidade da utilização do **Pregão Eletrônico** como modalidade de licitação, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da LLC, por se tratar de **bem comum**, usualmente encontrado no mercado e passível de descrição objetiva — Óleo Diesel S-10, combustível padronizado de ampla disponibilidade no mercado nacional.

Quanto ao modo de contratação, constata-se a plena adequação do **Sistema de Registro de Preços**, em conformidade com o **art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021**, uma vez que o objeto envolve contratações freqüentes de combustível, com demanda operacional contínua e quantitativo sujeito a variações, permitindo aquisições sucessivas e organização racional de custos.

O Edital prevê critério de julgamento pelo **menor preço por item**, em perfeita consonância com o art. 6º, inciso XLI, da NLLC. O Termo de Referência apresenta descrição detalhada do objeto, com quantidades estimadas, requisitos técnicos, forma de fornecimento parcelado mediante solicitação da Contratante, e demais parâmetros exigidos pelo art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/2021.

Registre-se, ainda, que o Estudo Técnico Preliminar identificou e justificou a necessidade, descreveu a solução mais vantajosa para a Administração e ratificou a adequação do quantitativo estimado com base no histórico dos contratos anteriores (nºs 20230031, 20239053, 20249008, 20259003, 20259012 e 20259016), garantindo, assim, a eficiência, a economicidade e a legalidade para prosseguimento do feito.

II.II – DA MINUTA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS

A análise da minuta do Pregão Eletrônico nº 9.2026-004-CMVX será conduzida à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023, observando-se os requisitos legais aplicáveis à fase externa do certame.

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo seus respectivos anexos, quais sejam: modelo de proposta de preços, declaração de proteção ao trabalho do menor, declaração de inexistência de fatos impeditivos, declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, declaração de ME/EPP, minuta de Ata de Registro de Preços (ARP), minuta de contrato administrativo e Termo de Referência. Diante do apresentado, afere-



se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

A minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 9.2026-004-CMVX estabelece a modalidade de licitação como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção, uma vez que o objeto — combustível (Óleo Diesel S-10) — se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

No que tange à minuta do futuro contrato administrativo a ser firmado, observa-se, por se tratar de fornecimento de bem de forma contínua, a ser entregue parceladamente de acordo com a necessidade da Contratante, que se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto à obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Em relação aos requisitos formais da minuta do edital, do Termo de Referência, da minuta do contrato, em que são evidenciadas as obrigações de cada parte de forma clara, e nos demais anexos, verifica-se que estes estão de acordo com as exigências legais impostas na Lei nº 14.133/21 para início e validade do certame. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

III - DA CONCLUSÃO

Por derradeiro, cumpre salientar que essa assessoria jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa; além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.

Ex positis, em atenção ao art. 53, da Lei Federal nº 14.133/2021, **OPINA-SE** pelo



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
PODER LEGISLATIVO
CPNJ:34.887.943/0001-08

prosseguimento do processo licitatório, com a devida abertura do **Pregão Eletrônico nº 9.2026-004-CMVX**, tendo em vista que o mesmo está em conformidade com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Federal nº 11.462/2023, podendo proceder com a divulgação do instrumento convocatório, mediante publicações do aviso de edital, respeitando prazo mínimo, contado a partir da última publicação, para sessão de abertura, nos termos do inciso I, alínea “a”, do artigo 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

Retornem-se os autos à Comissão de Contratações para as providências cabíveis.

Vitória do Xingu/PA, 22 de maio de 2026.

JULIANA PINTO DO CARMO

OAB/PA 22.395